

Senhor Presidente da Mesa do Congresso,

Senhor Presidente do Conselho Diretivo da ANMP,

Senhor Presidente da Câmara Municipal de Vila Real,

Senhoras e Senhores Presidentes das Assembleias Municipais e das Câmaras Municipais, Demais autarcas,

Colegas de Governo,

Senhoras e senhores deputados e demais convidados,

Saúdo a realização de mais um Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Faço-o desde logo institucionalmente na minha qualidade de Primeiro-ministro, mas não posso deixar de fazer - tendo sido 11 anos Deputado Municipal, 2 anos Vereador e 8 anos Presidente da Câmara - também do ponto de vista pessoal, com o prazer de reencontrar velhos amigos e de poder regressar onde fui, em qualquer uma destas funções, sempre feliz.

A relação que o Governo tem e continuará a ter com os municípios tem de assentar num valor fundamental, que é o da confiança.

Na última legislatura procurámos construir essa relação de confiança.

Assistimos a uma significativa recuperação e crescimento da capacidade financeira das nossas autarquias. Assistimos à devolução de autonomia ao poder local em muitos domínios onde tinha sido limitada. Encontra-se em curso um ambicioso processo de descentralização de competências, ao qual responderam grande parte dos nossos autarcas e

que se desenvolve de forma progressiva e gradual até ao termo do atual mandato autárquico, e com uma data chave, 1 de janeiro de 2021.

A descentralização constitui a pedra angular da reforma democrática do Estado, acompanhada da simplificação de procedimentos, do combate à burocracia e à corrupção, a melhoria da qualidade dos serviços públicos, com uma administração pública dinâmica, motivada e com capacidade de inovar.

O novo mapa de exercício local das políticas públicas ao nível de áreas tão essenciais como a educação, saúde, ação social, proteção civil, turismo, habitação e transportes permite que as diversas regiões do País consigam maximizar o seu potencial de criação de riqueza e resposta de proximidade aos cidadãos.

Dos 278 municípios do continente, 219 (81%) já começaram a assumir as competências em processo de descentralização.

A consolidação deste processo em 2020 e 2021 tem de ser uma prioridade para todos. E só assim assistiremos a uma real aproximação aos níveis de descentralização, de participação nas receitas públicas e da coesão territorial que nos aproximam das democracias mais antigas da Europa.

Este é um processo tão exigente quanto ambicioso, e que exige um acompanhamento permanente e diálogo contínuo. Só assim reforçaremos a confiança e só com confiança será possível a mudança.

A Senhora Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública terá - do lado do Governo - um papel central na implementação desta reforma, designadamente na coordenação dos trabalhos da Comissão de Acompanhamento da Descentralização. Esta Comissão tem um papel muito relevante na permanente monitorização e avaliação dos

meios e recursos a transferir para os municípios e a respetiva implementação no território.

Não vai ser fácil a execução desta reforma.

Tive a oportunidade de conduzir como presidente de Câmara uma grande reforma de descentralização para as juntas de freguesia. Existiram problemas, mas também muita capacidade de os resolver. Só foi possível com um grande esforço de monitorização do processo.

A monitorização é essencial. A descentralização não pode falhar, nem porque carece dos meios necessários, nem porque pode conduzir ao receio que o poder mais próximo é um poder menos exigente na disciplina nas suas finanças.

Nada tem a administração central a ensinar à administração local em matéria de boa gestão dos recursos públicos. Pelo contrário, tem muito a aprender com a boa gestão que as autarquias fazem dos seus recursos.

A administração central não se pode limitar a transferir para administração local suborçamentações esporádicas, mas também, por mero efeito da descentralização, teríamos recursos inesperados para carências continuadas. Isso não vai acontecer.

Só com espírito de parceria, de compromisso, de responsabilidade e de confiança mútua para podermos levar com confiança este processo.

A proximidade é o princípio básico de uma verdadeira democracia e o motor para o progresso partilhado. Proximidade entre a administração central, a administração desconcentrada e a administração local, entre cidadãos e governantes, entre o litoral e o interior, entre o Sul e o Norte, entre Portugal e a Europa.

É em nome dos cidadãos que o poder deve ser exercido. O seu bem-estar e a qualidade de vida foram e continuam a ser as prioridades máximas do Governo e também das autarquias locais.

Senhor Presidente,

O processo de descentralização não se esgota na escala municipal. Deve envolver as Freguesias e contar com o forte contributo das Comunidades Intermunicipais e das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

É cada vez mais claro que a gestão de redes de transporte, a promoção económica dos territórios, o desenho de redes sustentáveis de equipamentos exige um forte escalão supramunicipal e as Comunidades Intermunicipais e as 2 Áreas Metropolitanas têm dado boas provas do seu enorme potencial.

Não escondo que é com particular satisfação que vejo – 21 anos passados – reabrir-se o debate sobre a descentralização para o nível regional. É um debate oportuno, porque permite que se desenvolva de um modo informado e sereno, sem o voluntarismo que conduziu ao seu insucesso há 2 décadas atrás.

Também o que é fundamental é criar a confiança no País quanto à regionalização. Confiança que não está em causa a unidade nacional; confiança que não nos vamos limitar a multiplicar cargos políticos; confiança que não existirá o descontrolo da despesa pública e outros fantasmas que sempre surgem neste debate.

Este é um debate onde não pode haver lugar a fantasmas. Este é um debate que tem de assentar em fatos e dados concretos, na realidade e na necessidade do país se organizar melhor para que se possa desenvolver melhor do que nas últimas 4 décadas.

O debate em torno da Regionalização deverá ser promovido a partir das conclusões do Relatório da Comissão Independente para a Descentralização, sob a liderança do Eng.º João Cravinho, que em boa hora a AR que constituiu.

O Governo estará sempre disponível para participar neste debate. O Governo disponibilizará toda a informação necessária para que o debate se possa fazer com base na realidade.

Porém, tal como previsto no Programa do Governo, assumirá como prioridade e desde já a democratização das 5 Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), bem como a reorganização das suas competências, enquanto serviços desconcentrados do Estado.

Assim, desejamos que já no primeiro semestre do próximo ano, seja possível proceder ao reforço da legitimidade democrática das CCDR, para que possam assumir plenamente o papel de centros de planeamento e definição de estratégias de desenvolvimento regional, desde logo no próximo ciclo de programas operacionais.

Este é o momento certo. No momento em que temos em velocidade cruzeiro a execução do PT 2020; no momento que temos de concluir a preparação do PT 2030; no momento em que temos de desenhar os programas operacionais para cada região, é o momento certo que as CCDR deixem de ser nomeadas pelo Governo e passem a ter uma base democrática regional com base nos seus autarcas.

Para tal, será consagrada a eleição indireta dos presidentes das CCDR, por um colégio eleitoral vasto, composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais, pelos presidentes e membros das assembleias municipais (incluindo os presidentes de junta de freguesia) da respetiva área territorial, respondendo as direções executivas perante o Conselho Regional.

Não é o passo que todos anseiam, mas este é o passo que desde já deve ser dado para criar no país a confiança para os passos seguintes.

Por outro lado, o Governo irá proceder ainda à integração nas CCDR dos serviços desconcentrados de natureza territorial, designadamente nas áreas da educação, saúde, cultura, conservação da natureza e florestas e turismo, sem prejuízo da descentralização de algumas das suas competências para as comunidades intermunicipais e para as áreas metropolitanas, agilizando desta forma uma melhor relação do Estado com o cidadão.

Conforme consta do nosso Programa, damos assim um passo muito importante para consolidar no quadro regional e democratizar o seu funcionamento, sem antecipar decisões futuras sobre a Regionalização, mas também nada fazendo que possa comprometer quando for essa a decisão soberana do voto popular: a concretização da regionalização.

É aliás com este espírito que temos ponderado a apreensão de muitos autarcas – da própria ANMP e até recentemente dos próprios Presidentes das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto – de que as eleições diretas das Áreas Metropolitanas possam ser entendidas como um entrave para a Regionalização e que todos os obstáculos à Regionalização devem ser evitados.

Tendo em conta este entendimento tão generalizado entre os autarcas, o Governo está disponível para não avançar, desde já, com a eleição direta das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto.

Não queremos colocar entraves a quaisquer desenvolvimentos futuros do processo de Regionalização. E, tal como os responsáveis destas 2 Áreas Metropolitanas, entendemos que a prioridade deve ser – nesta fase - a consolidação e reforço das suas próprias competências.

Senhor Presidente,

Caros e caras autarcas

Nunca podemos esquecer que quando discutimos a organização administrativa do Estado – qualquer que ela seja – estamos a ter uma discussão instrumental do objetivo essencial que é assegurar o desenvolvimento integral e harmonioso do território, que reforce a coesão interna e a nossa competitividade internacional.

Estamos neste momento a concluir a Estratégia Portugal 2030, que enquadrará as políticas públicas estruturais e também o Plano Nacional de Investimentos, já aprovado na AR no final da anterior legislatura e que se encontra em apreciação no CSOP, para podermos definir os investimentos prioritários na próxima década.

Ao mesmo tempo estamos a negociar na UE o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 e que constitui um dos instrumentos fundamentais para apoiar as estratégias de desenvolvimento nacional, à escala local, municipal, regional e nacional.

Na preparação da Estratégia Portugal 2030, a par de três agendas estratégicas, que se centram nas pessoas, na inovação e qualificações e na sustentabilidade do nosso país, que valoriza os recursos endógenos, destaco uma quarta: a Agenda especificamente orientada para o território e a sua competitividade externa e para a sua coesão interna.

Nesta quarta agenda, constam como objetivos fundamentais: a competitividade das redes urbanas, a projeção da nossa faixa atlântica, a inserção territorial de todas as regiões de fronteira no mercado ibérico e a competitividade e coesão dos territórios de baixa densidade.

Para a preparação desta estratégia, os municípios têm tido e têm de continuar a ter, por direito próprio, uma função essencial.

Contamos com todos para os trabalhos que se vão desenvolver nos próximos meses.

Como sabem a discussão do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 é um exercício com dificuldades acrescidas face aos anteriores quadros, tendo em conta o efeito simultâneo da saída do contribuinte líquido, Reino Unido e, por outro lado, o alargamento das políticas prosseguidas pela UE.

É um quadro onde teremos menos contribuintes e teremos mais onde investir

Portugal tem vindo a defender que a União Europeia para poder responder com renovada ambição aos desafios que enfrentará nos próximos anos tem de ter um orçamento à altura dessa ambição.

O Quadro Financeiro Plurianual deve corresponder, pelo menos, à dimensão do atual orçamento (descontando o Reino Unido). Significa que temos de alargar receitas próprias da eu e alargar também o esforço dos estados-membros nas suas contribuições para a UE.

Portugal tem defendido, de acordo com os estudos da Comissão Europeia que devemos ter um esforço nacional de 1,16% do RNB da UE-27.

Temos defendido também que, em qualquer caso, a Política de Coesão e a PAC – em especial o seu 2º Pilar dedicado ao desenvolvimento rural, são duas das Políticas Europeias fundamentais, e que têm contribuído para aproximar a União Europeia do dia-a-dia dos seus cidadãos, não podem ser as variáveis de ajustamento no próximo Quadro Financeiro Plurianual.

De facto, em particular, a Política de Coesão é grande elo de ligação da Europa dos cidadãos. É a política europeia que mais tem contribuído para a unidade na diversidade europeia. Grande parte do sucesso da



União Europeia - do ponto de vista económico, social e político - deve-se à sua Política de Coesão.

A maior mais-valia da Política de Coesão foi ter trazido a União Europeia para o dia-a-dia dos seus cidadãos. Com a Política de Coesão, a Europa chegou a cada aldeia, a cada vila, a cada cidade, a cada cidadão Europeu. É a Política de Coesão que faz da UE uma verdadeira Europa dos cidadãos.

Por isso, é fundamental não ser sacrificada.

A Política de Coesão é assim uma marca identitária da nossa União, cujos objetivos permanecem hoje tão centrais como quando foi criada em 1990. É por isso que a Coesão não pode nem deve ser a variável de ajustamento do próximo Quadro Financeiro Plurianual.

Isso não quer dizer que defendamos que tudo se deve manter como está. Pelo contrário, devemos dispor de uma maior flexibilidade na definição e implementação desta política, limitando a sua carga burocrática e combinando uma acrescida abordagem territorial com um maior enfoque nos seus principais beneficiários, que são as pessoas.

Recusamos que a diferenciação entre velhas e novas políticas no quadro da UE. A PAC é essencial para enfrentar o desafio da ação climática e a Política de Coesão é fundamental para qualificar os cidadãos e as empresas para a transição digital. Assim, como as políticas de apoio à investigação e desenvolvimento não podem ignorar o objetivo da Coesão e da convergência, devem ser adotadas regras para a participação ativa das PME, das Universidades e Politécnicos e das regiões menos desenvolvidas, para poderem aceder aos fundos que não podem ficar centralizados nas regiões dos países mais desenvolvidos.

Aqui em Vila Real, conhece-se bem a excelência do trabalho científico da UTAD ou do Politécnico de Bragança, que combinam a excelência

científica e o contributo para o desenvolvimento do território e o reforço da coesão.

O futuro de Portugal e da Europa exige uma sociedade mais coesa para uma economia mais competitiva no mercado global.

Temos por isso de valorizar a competitividade dos territórios de baixa densidade e reforçar a coesão dos grandes centros urbanos que concentram bolsas de pobreza. O sucesso da União tanto depende da capacidade de cruzarmos o que de melhor cada território oferece como também do esforço de um desenvolvimento em comum.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores congressistas

A orgânica do Governo expressa bem a prioridade que atribuímos à Modernização do Estado e da Administração Pública e à Coesão Territorial.

Prioridades que têm, como vimos, um plano de trabalhos e um calendário exigentes:

- Negociar na União Europeia o próximo Quadro Financeiro Plurianual, de forma a garantir que a PAC e a Política de Coesão não são sacrificadas;
- Concluir a nível nacional o Portugal 2030 e desenvolver, em conjunto com os municípios, novos programas operacionais;
- Concluir até 2021 e consolidar o processo de descentralização em curso para os Municípios, as Freguesias, as Comunidades Intermunicipais e as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;

- Reformar já no próximo semestre as CCDR, designadamente procedendo à eleição dos seus presidentes pelos autarcas destas regiões;
- Prosseguir de modo sereno e informado o debate sobre a Regionalização, para poder consagrar esta reforma indispensável para uma melhor organização do Estado.

É uma agenda exigente, como só uma agenda exigente estaria à altura do que o País nos exige para ganhar um desenvolvimento mais sustentável, mais solidário, que garanta a maior coesão interna e maior competitividade externa.

Este é um desafio que temos em conjunto, este é o desafio que iremos vencer em conjunto.